



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

**ALGUNS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
CONTEMPORANEIDADE**

BELIZIA MAGNA COSTA DOS SANTOS

GUARABIRA-PB
2013

BELIZIA MAGNA COSTA DOS SANTOS

**ALGUNS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

GUARABIRA – PB
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S235a Santos, Belízia Magna Costa dos

Alguns desafios da Educação inclusiva na contemporaneidade / Belízia Magna Costa dos Santos. – Guarabira: UEPB, 2013.

17 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Me. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

1. Educação Inclusiva 2. Acessibilidade - Educação 3. Formação de Professores I. Título.

22.ed. CDD 371.904

BELIZIA MAGNA COSTA DOS SANTOS

**ALGUNS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
CONTEMPORANEIDADE**

Aprovada em 30 de Agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA



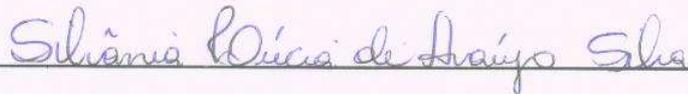
Prof^a. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira/ UEPB

(Orientadora)



Prof .Ms. José Otávio da Silva/ UEPB

(Examinador)



Prof^a. Ms. Silvânia Lúcia de Araújo Silva/ UERN

(Examinadora)

GUARABIRA – PB

2013

Ao eu meu esposo Nikleber, que sempre me encorajou; a minha família, em especial, a minha mãe, Maria de Lourdes, por acreditar em minha capacidade, pelo esforço e carinho, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e infinita sabedoria que concede a todos nós, fazendo-nos capazes de melhorar o mundo;

A minha orientadora, Mônica de Fátima Guedes de Oliveira, pela paciência com minhas inseguranças;

A minha família, em especial, ao meu esposo que soube compreender os momentos de ausência e sempre me apoiou, confiando na forma a que foi proposta, baseada no amor, confiança, respeito e dedicação;

Aos professores do curso de Pedagogia da UEPB, através de suas teorias e, sobretudo, pela prática ensinando mais que conteúdos e, assim, contribuindo ao longo desses anos para a minha formação;

Às colegas de sala, Ângela, Istefanny e Sandra, pelos momentos de amizade e apoio.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 A INCLUSÃO E AS CAUSAS QUE A PROMOVEM.....	07
2.1 A Educação Inclusiva é para alunos “diferentes”	08
3 PROFESSORES: VALORIZADOS PROFISSIONALMENTE.....	10
4 ACESSIBILIDADE ESPECIAL.....	11
5 O PARADIGMA DA DIVERSIDADE M SUAS DIVERSAS ABORDAGENS.....	14
6 INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO?.....	14
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
ABSTRACT.....	16
REFERÊNCIAS.....	16

ALGUNS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE

SANTOS, Belízia Magna Costa dos

RESUMO

O presente trabalho visa, de maneira breve, discutir alguns desafios enfrentados pela educação inclusiva nos dias atuais. De fato, reconhecemos que o atendimento educacional especializado como estratégia capaz de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas de desenvolvimento e de aprendizagem. É viável preconizar a oferta do atendimento educacional especializado e reforçar a necessidade de formação de professores e demais profissionais da educação, para oferecer este atendimento com qualidade. Sendo esta uma pesquisa de caráter bibliográfico, inicialmente, levantamos uma fundamentação teórica respaldada em teóricos como Voivodic (2004), Almeida (2004), Beyer (2006), Otto (2006), entre outros. Esse estudo objetiva, nesse sentido, identificar as dificuldades encontradas no ambiente escolar para a inclusão, o contexto do nascimento da inclusão, apontar alguns paradigmas que precisam ser quebrados para inclusão, bem como os pressupostos, nos quais se fundamenta e o significado da educação inclusiva. De modo geral, ao final desse estudo, chegamos à conclusão que, hoje, as crianças estão sendo olhadas com mais humanidade no aspecto educacional, o que pressupõe afirmar que essa área tem refletido como um momento de desenvolvimento social e humano.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Desafios. Contemporaneidade.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as pessoas com necessidades especiais sempre foram vistas como incapazes, não havendo no momento algo que trouxesse esperança para mudar essa realidade. É notável, de certo modo, a influência que a organização e o planejamento exercem durante o tempo ou o período em que o aluno se encontra no processo de ensino e aprendizagem. Esse processo deverá ser realizado de forma que contribua para o crescimento pessoal e social de um aluno.

Dentro da sociedade, pessoas com necessidades especiais viviam às margens do abandono social e até mesmo abandono da própria família e, somente no fim da década de 1960 aconteceu o início da integração escolar com o objetivo de inserir pessoas com necessidades nos sistemas gerais da sociedade, estando os mesmos com o dever de adaptar-se a uma sociedade já organizada. As dificuldades

encontradas para a inclusão vão desde a falta de estrutura adequada da escola, falta de preparação dos educadores até a falta de carinho, apoio e amor familiar para com essas crianças pessoas com necessidades especiais.

A participação das famílias na educação formal pode ir mais além do que o acompanhamento de boletins e de conversas com os educadores.

O envolvimento direto dos pais no dia a dia da escola, acompanhando questões ligadas a administração e ao ensino, pode ser vital para melhoria da educação. É possível envolver a comunidade e estimulá-la a acompanhar os estudos dos seus filhos, contribuindo assim para o fortalecimento das relações família e escola.

2 A INCLUSÃO DA E AS CAUSAS QUE A PROMOVEM

Desde meados dos anos de 1980 e princípio dos anos de 1990, inicia-se no contexto internacional um movimento materializado por profissionais, pais e as pessoas com deficiência, que lutam contra a ideia de que a educação especial, embora colocada em prática junto com a integração escolar, deveria ser enclausurada em um mundo à parte, dedicando uma atenção reduzida na proporção de necessidade de alunos qualificados como deficientes ou com necessidades educacionais especiais.

Quando falamos sobre Inclusão, é importante salientar que não estamos nos referindo a um modismo, ou apenas à tendência mais recente da educação. A educação inclusiva não surgiu por acaso.

Ela é fruto de um movimento e faz parte do sistema social e econômico em transformação. Partindo dessa ideia, é necessário que precisássemos nos reportar às suas origens históricas, definições e ou/ conceitos tipos e características.

[...] A educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento de ações estruturais para atender as especialidades, dentre os alunos no processo educacional, uma delas é a aplicação da oferta de recursos, métodos e serviços que assegurem condições às pessoas com necessidades educacionais especiais (Inclusão. Revista da Educação Especial. 2005 – p.3).

No Brasil, o movimento de inclusão surgiu como objetivo inicial de fundir o ensino especial com o regular; porém, só passou a ser discutida efetivamente após

a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca (1994). Tendo o Brasil, entre outros países, firmado o compromisso de reformular seu sistema de Ensino, visando a garantia da inclusão, através do acesso de pessoas com necessidades educativas especiais no universo da escola comum, que garante juntamente com outros documentos o direito de todos à educação de qualidade.

O que fez fracassar as escolas na hora de educar a determinados alunos? Ante estas circunstâncias, propõe-se um novo delineamento do conceito de necessidades educacionais especiais e a necessidade de uma mudança de paradigma, reconhecendo as dificuldades que experimentam alguns alunos no Sistema de ensino dando resultados a determinadas formas de organizar as escolas e às formas de ensinar delineadas por elas.

O interesse nesses temas está provocando a revisão de numerosos sistemas educacionais, fomentando o surgimento e a defesa da chamada educação inclusiva, que coloca em juízo de valor, estabelecendo uma forte crítica às práticas da educação em geral.

O desenvolvimento tem objetivo o desapego completo do homem em toda sua riqueza e na complexidade de suas expressões e de seus compromissos como indivíduo, membro de uma família e de uma coletividade, cidadão e produto, inventor de técnicas e criador de sonhos (UNESCO, 1987,16).

A partir do expressado nessas declarações e informes, podemos apontar que cabe aos sistemas de ensino considerar e dedicar a máxima atenção à situação das crianças afetadas à situação, aceitar que a participação delas é o ponto decisivo, com a finalidade de que cada ser humano, tanto pessoas, como membro da sociedade, receba uma educação válida no plano cognitivo e prático.

2.1 A Educação Inclusiva é para alunos “diferentes”

Muito se tem visto sobre as diferenciadas situações de alunos na Inclusão. A inclusão não é, a nosso ver, uma evolução da Integração. Tendo, assim, três razões principais: em primeiro lugar, a Integração deixou intocáveis os valores menos inclusivos de escola. A falta de sucesso e os abandonos escolares diminuíram novos modelos de gestão da sala de aula e, assim, a Integração criou uma escola especial

paralela à escola regular em que os alunos que tinham a categoria de “deficientes” tinham condições especiais de frequência. Em segundo lugar, a Escola Integrativa separava os alunos em dois tipos: os “normais e os deficientes”. Para os “normais” era mantida a sua lógica curricular, os mesmos valores e práticas; para os “deficientes”, selecionava condições especiais de apoio ainda que os aspectos centrais do currículo continuassem inalterados. Em terceiro lugar, o papel dos alunos “deficientes” foi sempre condicionado, sendo implícito ao processo que o aluno só poderia manter-se na escola enquanto seu comportamento e aproveitamento fossem adequados, caso contrário, poderia ser “devolvido” à escola especial.

A noção de “diferença” tem baseado muito o discurso moderno sobre a diferenciação pedagógica. É conhecida a dificuldade de trocar uma fronteira clara entre a deficiência e a normalidade, sendo muito difícil diferenciar uma deficiência intelectual com alto funcionamento de outra com uma de baixo funcionamento cognitivo. O que parece óbvio é que as capacidades humanas (sejam cognitivas, afetivas, motoras ou outras) se distribuem num contínuo critério que são determinados.

Mas, o certo é que a diferença não é estruturalmente dicotômica, isto é, não existe um critério generalizado que permita classificar alguém como diferente, pois, essa diferença é, antes de mais nada, uma construção social histórica e culturalmente situada. Por outro lado, classificar alguém como “diferente” parte do princípio que consideramos existir outra categoria, que é a de “normal”, na que ele naturalmente se insere. Para que a inclusão seja empregada verdadeiramente, é imprescindível a participação dos componentes sociais que rodeiam a pessoa deficiente.

Assim também concorda, Voivodic (2004) em seus trabalhos sobre inclusão escolar da criança que é proprietário um ‘olhar’ seja não só ao indivíduo portador de deficiência, mas todo um contexto onde o processo dever ocorrer, sem essa visão, corre-se o risco de se causar certo preconceito em torno do deficiente. Por isso ela prega que é necessário o envolvimento de toda a comunidade da escola, através de um trabalho de sensibilidade e conscientização, levando-a à reflexão crítica a respeito da pessoa deficiente.

A efetivação prática desse processo se dá a partir de concretização de alguns pontos como: os membros da equipe (pessoa deficiente e sociedade) desenvolvam papéis para si e para os demais envolvidos. E, ainda, conscientização e

compreensão das possibilidades de romper limitações a fim de alcançar o máximo de suas potencialidades.

3 PROFESSORES: VALORIZADOS PROFISSIONALMENTE

Como podemos, então, ajudar os professores a organizar as suas salas de aula, de forma a assegurarem uma aprendizagem de sucesso a todos os seus alunos? De que maneira podemos garantir que esses profissionais atuem nas nossas escolas com compromisso e qualidade?

Existe uma ampla fonte de recursos relacionados com esta questão e que provem dos inúmeros trabalhos realizados em relação à eficácia do trabalho dos professores. O Brasil, cada vez mais, investe na formação dos professores desde a formação inicial até a formação continuada.

Entretanto, a capacidade existente não é suficiente para a grande demanda. Cada vez mais, pessoas com necessidades especiais são matriculados na escola regular e os professores encontram-se despreparados para o trabalho docente.

O conhecimento que se tem de professores excepcionais é a capacidade de criar ambientes educativos em que os diferentes alunos, com os mais diversificados percursos de escolarização consigam participar, para os quais conseguem contribuir e experimentar sentimento de sucesso.

Trabalhar em conjunto, desenvolver estratégias, quer a nível da formação inicial, quer da formação contínua, requer capacidade de ajudar os professores e adotar formas de trabalhar, incluindo os que apresentem dificuldades de aprendizagem.

A evasão escolar cresce, principalmente, em relação à criança com deficiência, fazendo com que esta não mais queira frequentar a escola, pois, não se sente incluída no processo pedagógico.

A formação do professor não deve se restringir a uma disciplina. Por isso, é necessária uma mudança nos currículos de formação, como também na concepção dos próprios professores para que este se torne sensível ao processo inclusivo, garantindo que o ensino seja socializador, integrador e formador, adaptando o ensino ao aluno, seja com deficiência ou dito normal.

Existem, a partir da experiência extensiva de cada profissional, fatores que são importantes, que surpreendem a existência de recursos materiais e a relevância

de como a tarefa é conceptualizada. A esse respeito parecem ter importância as seguintes estratégias para a valorização profissional dos professores: a) oportunidades de considerar novas possibilidades; b) apoio à experimentação e reflexão (BEYER, 2006).

Ao encorajarmos os professores a explorarem formas de desenvolver a sua prática de modo a facilitar a aprendizagem, são necessários aspectos que lhe reforcem a autoconfiança, que tomem decisões arriscadas, implicando a participação dos professores em experiências que demonstrem e estimulem novas possibilidades de ação.

Para além de realizar uma planificação que abrange todas as crianças, concluímos que é útil que os professores sejam estimulados a utilizar de forma mais eficiente os recursos naturais que podem apoiar a aprendizagem dos alunos. É preciso que em cada classe os alunos representem uma fonte rica de experiências, de inspiração, de desafio e de apoio que, se for bem utilizada, pode insuflar uma imensa energia adicional nas tarefas e atividades em curso, dependendo do professor aproveitar essa energia.

Enquanto professores, devemos lembrar que as escolas, dentro da sociedade, são influenciadas pelas percepções do status socioeconômico, de raça, da língua e do sexo. Consequentemente, é necessário questionar a forma como estas percepções influenciam a dinâmica da classe.

As estratégias de ensino não são desenvolvidas nem imaginadas no vazio. A elaboração, a seleção e utilização de determinada abordagem ou estratégia de ensino nasce das percepções acerca da aprendizagem e acerca dos alunos.

Assim, é necessário ajudar os professores a se aperfeiçoarem como profissionais mais reflexivos e mais críticos, de modo a ultrapassar as limitações e os perigos das concepções baseadas na deficiência.

4 ACESSIBILIDADE ESPECIAL

Quando falamos em acessibilidade especial estamos nos referindo ao poder de chegar a algum lugar com segurança, conforto e independência, entender as relações especiais que este lugar estabelece; e participar das atividades que ali ocorrem. Por exemplo, para um aluno cadeirante ir até a biblioteca de sua escola deve ser disponível chegar desde sua casa até a escola através de percursos sem

barreiras, como nas travessias seguras, rampas de passeios, na entrada do próprio edifício ou ambiente residencial; ao entrar na escola, deve ser possível identificar caminho a seguir através da configuração especial. Se por acaso o aluno possui deficiência visual como terá obtenção de algumas informações escritas no mural da própria escola? Um aviso, por exemplo, ele deverá ter ao seu dispor o mesmo papel escrito de acordo com as suas limitações (Braille).

E se for caso de a instituição dispor de uma estrutura física de primeiro e segundo andares, é necessário que haja adequação nas rampas, degraus e corrimãos e, finalmente, os livros e materiais devem estar ao alcance daquele que quer utilizá-lo. “A acessibilidade especial depende então: das possibilidades de deslocamento e de uso de atividades permanentes aos indivíduos participar e estabelecer relação com as demais pessoas (Otto, 2006)”. Faço referência às palavras do autor, sem as adequações corretas não haverá concretização do sentido da acessibilidade. A partir dos pressupostos da inclusão, vejamos algumas barreiras:

1. Barreiras particulares: Essas se referem às interferências estabelecidas pelas esferas sociais, em que as relações humanas centram-se na restrição dos indivíduos e não em suas habilidades. Quando por exemplo um professor impede que um aluno cadeirante participe das mesmas atividades que os demais colegas, ao invés de criar e proporcionar um tipo de atividade que envolva todos numa mesma atividade sócio educativa.
2. Barreiras físicas: As barreiras físicas são aquelas que implicam no limite e impossibilidades presenciadas na estrutura física do ambiente educacional. Como, por exemplo, um degrau, buraco, espaçamento, etc.

Para tornar-se verdadeira, a prática dessas ações é, antes de tudo, necessário ser paciente para vencer os obstáculos para obtenção desses recursos, é certo que são caros, com altos custos. Mas, em muitas situações, a espera e a demora até a chegada desses equipamentos, por causa da extensão burocrática, principalmente nas escolas públicas, é o maior desafio.

Otto (2006), em seu trabalho, realizou uma entrevista com pessoas com necessidades educacionais especiais de alguma sociedade e os mesmos apontavam as dificuldades e os obstáculos para ações corriqueiras que qualquer cidadão, no direito de consumidor, pode realizar. Isto nos faz perceber que não só atributos lentos na concretização do acesso e cidadania estão dentro e fora do âmbito escolar:

Em muitos casos, torna-se necessário percorrer um labirinto burocrático para vencer as barreiras impostas, o que exige tempo, paciência e disposição. Em consequência, algumas pessoas reagem positivamente, ao desconhecer seus direitos, ou para lado, a arbitrariedade também é confrontada com reações incisivas (BEYER, 2006, pp. 17 e 18).

E, em continuidade, Otto acrescenta com relação aos impedimentos encontrados no ambiente social, destacando as dificuldades que uma pessoa portadora de deficiência visual, por exemplo, enfrenta diariamente.

Nesse sentido nos deparamos com um depoimento ilustrativo: a única vez que tentaram me impedir de comprar algo, com meu cheque, aponteí minha bengala para a televisão exposta na loja de eletrodomésticos e perguntei se quebrando aquele televisor inteiro, aceitaríam meu cheque pra pagar o prejuízo! Engraçado, aceitavam! (BEYER, 2006 p.19).

O apego a normas restritas de cunho protecionista encobre atitudes e atos discriminatórios que acabam por violar direitos e disseminar o estigma da incapacidade. Além do mais, essas atitudes levianas atrapalham o processo de desenvolvimento de autoestima daquele que é desrespeitado. Constituindo-se em atos lesivos e impõem tutelas desnecessárias, dificultando a vida pessoal e social dessas pessoas.

[...] A falta de visão não é empecilho para o cidadão movimentar sua conta como não foi a falta de audição para que Beethoven pudesse deixar às gerações futuras e legado de sua música. Como irá fazê-lo?(...) ora deixe que ele responda...Com o auxílio de um leitor, de um secretário, de um parente, de um guarda, de quem quer que seja mais, eleito por ele, na hipótese de sentir a necessidade de ajuda. Assim cabe a tarefa de facilitar-lhe o acesso a tratamento especial, garantido por lei, começando a levantar a autoestima própria (BEYER, 2006, p.17).

É por isso que é cabível que haja sempre o seguimento da lei, ou seja, garantia de direitos aplicados com coerência que não prejudique o crescimento pessoal das pessoas com necessidades educacionais especiais e nem acrescente na mesma porção uma carga de preconceito que passam na vida social, familiar e afetiva da pessoa.

5 O PARADIGMA DA DIVERSIDADE EM SUAS DIVERSAS ABORDAGENS

A primeira ideia que nos ocorre é a da diversidade do alunado entendida como vantagem para o trabalho pedagógico, se ela for valorizada pelo educador. Sendo o aluno o mais importante e significativo recurso existente nas salas de aula, quanto mais diversas forem suas características e manifestações melhor será a aprendizagem. Pois o processo educativo vai se aproximando como consequência da diversidade de capacidades, interesses, ritmos e estilos de aprendizagem que os alunos manifestam.

Tem se considerado que a melhor forma de atender à diversidade dos alunos, caracterizados como significativamente diferentes devido as limitações impostas por suas deficiências, é a de agrupá-las segundo as categorias diagnosticadas em classes ou em escolas especiais onde supostamente receberiam a educação adequada às suas necessidades específicas.

O “deficiente pode se integrar na sociedade” tornou-se, assim, a matriz política, filosófica e científica da Educação Especial. Esse novo pensar sobre o espaço social das pessoas com deficiências, que tomou força em nosso país com o processo de redemocratização resultou em uma transformação radical nas políticas públicas, nos objetivos e na qualidade dos serviços de atendimento a esta clientela.

Para incluir, é necessário romper com os preconceitos criados pela sociedade, para trabalhar com o objetivo de ter uma sociedade mais justa na qual os professores não tenham medo do novo, dando-lhes formação adequada para que se sintam seguros em sala de aula e possam passar os conteúdos com qualidade. Melhorar o pensamento das crianças em relação ao colega que é diferente, ensinando-os a respeitá-los, pois, muitas crianças chegam às escolas cheias de preconceitos. Na verdade a própria sociedade precisa passar por reforma na forma de ver o próximo e esse é um longo caminho a ser percorrido para que as novas gerações tenham êxito na convivência com as diferenças, trabalhando o pensamento das crianças de hoje, elas são os cidadãos de amanhã.

6 INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO?

O termo inclusão tem sido muito utilizado dentro das discussões e debates educacionais. “Incluir” e “aceitar” esse é o primeiro significado para a inclusão. Pode

ser considerada integração, ou seja, “integrar” significa “colocar” o aluno com deficiência em sala de aula regular, antes de ter passado por uma sala de aula especial, que tenha fornecido meios de adaptações para esses alunos especiais.

Os múltiplos significados parecem contraditórios, confusos, no entanto, tem os mesmos fundamentos: aplicar e estabelecer uma proposta com eficácia, competência e compromisso, pondo em prática para que exista uma valorização e aceitação ao diferente. Colocar e incluir os alunos deficientes dentro de um convívio é cabível quanto à integração e adequação desses alunos. Diante disso, Maria Antonieta Voivodic (2004, p. 24) em seu trabalho com inclusão escolar de crianças deficientes, pronuncia-se mais claramente quando diz que:

[...] A inclusão tem sido usada com múltiplos significados. Em um dos extremos, encontram-se os que advogam a inclusão como colocação de todos os alunos na sala de aula independente de incapacidades, com a eliminação dos serviços de apoio de ensino especial. Em outro extremo o conceito de inclusão parece ser utilizado apenas para renomear integração, considerando que o melhor é a colocação dos alunos com deficiência na classe regular desde que, se enquadrem aos pré-requisitos da classe (VOIVODIC, 2004 p. 24).

Mesmo tratando-se de ideias semelhantes, tornou-se necessário diferenciar o termo inclusão de integração. Pois, até agora vimos que, inclusão é aceitar e integração é adaptar. Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de profissionais ao integrar alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os educadores precisam sempre estar reciclando seus conhecimentos para obterem a competência de usá-los e praticá-los quando for necessário, apresentando as perspectivas dos conselhos escolares de forma educativa e pedagógica numa função formadora de alunos capacitados. O que é inaceitável é fazer resistência à tecnologia, seja de comunicação ou de informação, por insegurança ou falta de competência.

É primordial que professores, educadores e docentes do ensino superior se qualifiquem profissionalmente e se adaptem a essas novas tecnologias de comunicação ou de informação.

Considera-se que o processo de construção de conhecimento sobre o a forma de aprendizagem de alunos e professores sejam fenômenos que necessitam ser mais estudados por ambos, estando em uma constante busca de conhecimento e de novas tecnologias já que a humanidade busca a igualdade de valores de todos, como garantia de direito entre eles. Pois, seus novos alunos foi podem estar vindo com uma bagagem de conhecimento bem relativo a de seus educadores.

Assim, pode-se compreender conceitos de desenvolvimento humano e aprendizagem e os fatores que interferem nesse processo, a partir da reflexão das teorias psicológicas de desenvolvimento e aprendizagem e suas contribuições para a prática educativa.

ABSTRACT

This paper aims to briefly discuss some of the challenges faced by inclusive education today. Indeed, we recognize that specialized schooling as strategy to identify, develop and organize learning resources and accessibility to eliminate barriers to the full participation of students, considering their specific needs for development and learning. It is feasible to advocate the provision of specialized education and reinforce the need for training of teachers and other education professionals to offer this quality service. Since this is a survey of bibliographic initially raised a theoretical foundation backed by theorists like Voivodic (2004), Almeida (2004), Beyer (2006), Otto (2006), among others. This study aims, in this sense, identifying the difficulties in the school environment to include the context of the birth of inclusion, pointing some paradigms that need to be broken for inclusion, as well as the assumptions on which it is based and meaning of inclusive education. Overall, at the end of this study, we conclude that today children are being looked at with more humanity in educational aspect, which presupposes say that this area is reflected as a time of social and human development.

Keywords: Inclusive Education. Challenges. Contemporaneity.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina. Projeto Inclusão/Marina Almeida; coordenação Técnico-Pedagógica Meyre B. C. Vigna. 1. Ed. São Paulo: Didática Paulista, 2004.

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais, 2ª Ed. Porto Alegre, Editora Mediação – 2006.

GADOTTI, Moacir. A boniteza de um sonho: aprender e ensinar com sentido. Abceducativo, Ano III, n. 17 , p. 30-33, 2002.

Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. V. 1. N. 1 (out. 2005)-Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2005.

MACHIN, Ramón Lopes. Preparamos a lós decentes para educar La deversidad? Madrid, Espanha: Editorial Pueblo. Educación, 2000.

NOVA ESCOLA: Revista. Ano XIV – Nº 123 – Junho/2000

Pátio: Revista Pedagógica/Uma Publicação Trimestral da ARTMED Editora S. A. Ano VIII Nº32 Novembro 2004/Janeiro 2005.

VOIVODIC, Maria Antonieta. Inclusão escolar de pessoas com síndrome de Down, 2ª Ed. Petrópolis, RJ, vozes. 2004.